

AÇÃO AMAERJ

Associação busca apoio para PEC das Diretas Já no Judiciário



Representantes da Amaerj, Amma, Ajuris, Amarn, AMC, ACM e AMB com deputado Henrique Alves

Em encontro realizado a 20 de março, na Câmara dos Deputados (DF), o presidente da Amaerj, Cláudio dell'Orto, e representantes de outras seis associações de magistrados, reivindicaram medidas para aprovação da Proposta de Emenda Constitucional 187/2012. A PEC das Diretas Já no Judiciário determina eleição direta das mesas diretoras dos Tribunais brasileiros.

Pág. 05

ATS: tema foi debatido com o Advogado-Geral da União



Representantes da Almagis, Amaerj, AGU, AMC, ACM e Amepe participam de reunião sobre ATS

Em 18 de março, o 2º vice-presidente da Amaerj, juiz Paulo Mello Feijó, reuniu-se com o Advogado-Geral da União, ministro Luís Inácio Adams, para debater

o andamento da Proposta de Emenda Constitucional (PEC 02/2011), que visa o restabelecimento do Adicional por Tempo de Serviço (ATS).

Pág. 07

AÇÃO AMAERJ

Mobilização pelas Diretas Já no Judiciário

A Amaerj convoca todos os associados a participarem da mobilização em apoio às eleições diretas no Poder Judiciário, em 29 de abril, às 15h, no auditório Renato Lemos Maneschy. A Associação apresentará um abaixo-assinado com o intuito de implantar a eleição direta por simples mudança no Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (TJ-RJ). “Lutamos pela democratização eleitoral no Judiciário, ao defender a escolha direta dos presidentes e vice-presidentes dos Tribunais por todos os magistrados vitalícios que compõem a corte”, defende o presidente dell'Orto.

Pág. 05

Parceria com o Theatro Municipal

A Amaerj e o Theatro Municipal fecharam em março uma parceria. Os associados agora contam com facilidades na aquisição de convites para os espetáculos da temporada 2013.

Pág. 03

IMB e Mútua têm nova diretoria

Em março foram eleitos os novos presidentes da Mútua dos Magistrados e do Instituto dos Magistrados do Brasil (IMB). Os desembargadores Antonio Saldanha Palheiro (Mútua) e Roberto Guimarães (IMB) presidirão as instituições.

Pág. 10



Associações buscam apoio em Brasília para eleições diretas nos tribunais

Magistrados se reuniram com relator da Proposta de Emenda Constitucional 187/2012



Rafael Menezes, deputado Lourival Mendes, Gervásio Santos e Hadja Rayanne reunidos em Brasília

A Proposta de Emenda Constitucional das Diretas Já no Judiciário (PEC 187/2012) foi o tema da reunião entre o relator da proposta na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara Federal, deputado Lourival Mendes (PT do B do Maranhão) e os presidentes da Associação dos Magistrados do Maranhão (Amma), Gervásio Santos, da Associação dos Magistrados do Rio Grande do Norte (Amarn), Hadja Rayanne de Holanda Alencar, e o diretor de informática da Associação dos Magistrados de Pernambuco (Amepe), Rafael Menezes. O encontro aconteceu em 20 de março, em Brasília.

Na ocasião, o deputado Lourival Mendes afirmou que é favorável à luta

da magistratura por eleições diretas no âmbito dos Tribunais, pois significa a concretização de todo o processo de democratização interna do Judiciário. O político se comprometeu em agilizar a apreciação da pauta em um prazo razoável na CCJ.

O encontro ocorreu logo após a reunião com o presidente da Câmara dos Deputados, o deputado federal Henrique Alves (PMDB – MA). A reunião, que contou com a participação do presidente da Amaerj, Cláudio dell’Orto, também tratou da busca pela aprovação da PEC das Diretas Já no Judiciário.

(Com informações da Associação dos Magistrados do Maranhão)

CNJ e associações de magistrados discutem bases para o III Pacto Republicano

Terceiro acordo defende combate a corrupção e democratização do acesso à Justiça

Atendendo a um convite da Secretaria-Geral do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), os presidentes de três das principais associações da magistratura nacional participaram, em 21 de março, de uma reunião na sede do CNJ para discutir as bases do III Pacto Republicano. O acordo trata de um conjunto de medidas envolvendo os três Poderes da República (Executivo, Legislativo e Judiciário), com objetivo de aperfeiçoar o sistema jurisdicional brasileiro.

Participaram da reunião, conduzida pelo secretário-geral do CNJ, Fábio Cesar dos Santos Oliveira, os presidentes da Associação dos Juízes Federais do Brasil, Nino Toldo, da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB), Nelson Calandra, e da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra), Renato Henry Sant’Anna.

O III Pacto Republicano terá como eixos o combate à corrupção penal e à improbidade administrativa, a garantia da razoável duração do processo, a democratização do acesso à Justiça e o fortalecimento das instituições que compõem o Sistema de Justiça. O I e o II Pactos Republicanos foram firmados, respectivamente, em 2004 e 2009.

A expectativa é que até meados de abril, cada uma das associações encaminhe ao CNJ sugestões de Projetos de Lei e de ações administrativas voltadas aos objetivos estabelecidos no III Pacto Republicano, que possam fazer parte de uma eventual proposta a ser analisada pelos chefes dos três Poderes. O primeiro pacto resultou em reformas processuais e na atualização de normas legais.

EXPEDIENTE

Associação dos Magistrados do Estado do Rio de Janeiro
Rua Dom Manuel, 29 - 1º andar
Centro - Rio de Janeiro - 20010-090
Tel.: (21) 3861-1130/1116/1112
imprensa@amaerj.org.br
www.amaerj.org.br

Coordenadoria de Comunicação Social:
Desembargador Antonio José Ferreira
Carvalho, Juíza Andrea Maciel Pachá,
Editora: Ada Caperuto (MTB 24082)
Redação: Diego Carvalho, Flávia Rodrigues,
Sarita Yara

Conteúdo e responsabilidade editorial:
Ricardo Viveiros & Associados – Oficina de
Comunicação, empresa filiada à Aberj (Associação
Brasileira de Comunicação Empresarial)

Editora JC
Telefax: (21) 2240-0429
editorajc@editorajc.com.br
CTP, impressão e acabamento:
Edigráfica

AMAERJ NOTÍCIAS é um informativo mensal da Associação dos Magistrados do Estado do Rio de Janeiro. É permitida a reprodução parcial ou total das matérias, desde que citada a fonte.

Amaerj e Theatro Municipal estabelecem parceria

Associados terão facilidades na aquisição de ingressos para espetáculos da casa



Diego Carvalho | Amaerj

Desembargador Walter D'Agostino, Carla Camurati, presidente da Fundação Theatro Municipal, e Cláudio dell'Orto, presidente da Amaerj, firmam parceria em prol da cultura

Com o intuito de apoiar e facilitar o acesso dos associados às atividades culturais, o presidente da Amaerj, Cláudio dell'Orto, e o diretor Cultural da Associação, desembargador Walter Felipe D'Agostino, se reuniram, em 14 de março, com a presidente da Fundação Theatro Municipal do Rio de Janeiro, Carla Camurati. No encontro, foi estabelecida uma parceria entre as duas instituições para estimular e facilitar a presença dos associados aos espetáculos.

Facilidades

Para garantir a compra de ingressos para a temporada 2013, a Amaerj disponibilizou um serviço especial que permite aos associados solicitarem a compra de ingressos através da Associação e receberem o convite em seu gabinete ou reservarem sem nenhum custo adicional. Os associados com sessenta anos ou mais podem adquirir convites com 50% de desconto, sendo necessário apenas informar a idade no momento do contato com a Associação. Os eventos realizados no

Theatro Municipal contam com estacionamento privativo, disponível na lateral do prédio, na Avenida Rio Branco.

Sorteio

A Amaerj sorteou, em 22 de março, dois pares de ingressos para o Concerto da série Música & Imagem "Os Nibelungos, A Morte de Siegfried", apresentado no dia 27, no Theatro Municipal do Rio de Janeiro. A promoção também faz parte da parceria entre a Associação e o teatro.

Como adquirir ingresso para os espetáculos do Theatro Municipal

Associados que atuam no Complexo Judiciário do Fórum Central

- 1º passo – Escolher o espetáculo, a data e a localização desejada;
- 2º passo – Ligar para a Amaerj, através do telefone (21) 3861-1124, e passar os detalhes para o colaborador Marcos Aguiar, que irá agendar o melhor dia e horário para ir até o gabinete e recolher o valor referente ao ingresso, que deverá ser entregue em espécie (o Theatro não aceita cheque);
- 3º passo – O colaborador Marcos Aguiar realizará a compra do ingresso e entregará no gabinete;

Associados que atuam fora do Complexo Judiciário do Fórum Central

- 1º passo – Escolher o espetáculo, a data, a localização e a quantidade desejada de ingressos;

- 2º passo – Enviar o pedido de reserva com todos os detalhes, incluindo dois números de telefone para contato, para o e-mail do colaborador Marcos Aguiar (marcosaguiar@amaerj.org.br);
- 3º passo – Aguardar confirmação de recebimento do e-mail;
- 4º passo – Após a reserva ser realizada o colaborador Marcos Aguiar entrará em contato por telefone para confirmar e também será enviado um e-mail com os detalhes da reserva;
- 5º passo – O pagamento deverá ser efetuado no momento da retirada do ingresso e poderá ser feito com cartão de crédito, débito e dinheiro.

Homenagens marcam Festa dos Aniversariantes do Trimestre

Em celebração aos 25 anos de magistratura, os integrantes da turma de 1988 receberam um distintivo de prata personalizado

Na noite de 18 de março, associados, familiares e amigos se reuniram no auditório da Amaerj para celebrar os aniversariantes do semestre, homenagear os magistrados aposentados em 2013 e comemorar os 25 anos de magistratura da turma de 1988, com o Jubileu de Prata.

Aos aniversariantes dos meses de outubro, novembro, dezembro, janeiro, fevereiro e março, foram distribuídos brindes. Aos aposentados foi entregue uma medalha de reconhecimento aos serviços prestados.

Os integrantes da turma de 1988 receberam um distintivo de prata personalizado, em celebração aos 25 anos de magistratura. Falando em nome dos demais, a desembargadora Eunice Caldas, comentou que a turma de

1988 é composta de colegas extraordinários, com muitos amigos, trabalhadores. “Nosso padrinho, o saudoso desembargador Maneschky, deve estar feliz em ver que seus afilhados seguiram seus passos. Obrigada colegas pelo tempo magnífico que convivi com vocês e parabéns a todos nós pelo caminho que percorremos e que muitos ainda continuarão a seguir”, declarou. A associada também agradeceu a homenagem da Associação. “Parabéns à Associação dos Magistrados, na pessoa do desembargador Cláudio dell’Orto, que teve a gentileza e o carinho de nos homenagear”, finalizou.

O presidente da Amaerj, Cláudio dell’Orto, reafirmou a importância da

celebração. “Hoje é um dia especial. Eu vejo que além de reunirmos os colegas que estão comemorando esse Jubileu de Prata, nós estamos também homenageando os aniversariantes de dois trimestres, o último do ano passado e do primeiro deste ano. Estamos reconhecendo o valoroso trabalho prestado por vários colegas que se aposentaram neste primeiro trimestre de 2013”, afirmou.

O presidente também mencionou dois convidados especiais. Os desembargadores Antônio Saldanha Palheiro, eleito, em 17 de março, para ocupar a presidência da Mútua dos Magistrados, e Roberto Guimarães, eleito em 14 de março, para presidir o Instituto dos Magistrados do Brasil (IMB).



1 - Presidente Cláudio dell’Orto entrega brinde de aniversário para a associada Jandira Ramalho;



2 - Juíza Márcia Hollanda ganha brinde pelo aniversário;



3 - Associados Juarez Folhes, Fernando Almeida, Marcos Ibrahim, Fabio Dutra e Pedro Saraiva Lemos confraternizam;



4 - Des. Marcos Alcino recebe distintivo das mãos do presidente Cláudio dell’Orto;



5 - Festa foi encerrada com o tradicional parabéns;



6 - Associados comemoram na Amaerj Jubileu de Prata do 7º Concurso para Magistratura;



7 - Magistrados Julia Machado, Antonio José Carvalho, Sergio Jerônimo e Lucia Maria Maciel em reencontro na Amaerj;



8 - Associados Eunice Caldas, Antonio Chaves, Eliane Bahiense e Zélia Maria Machado celebram 25 anos de magistratura.

Fotos: Diego Carvalho | Amaerj

Amaerj busca apoio para PEC das Diretas Já no Judiciário

Presidentes da Associação e da Câmara dos Deputados debateram o tema



O deputado Henrique Alves ouviu a proposta dos magistrados e se mostrou favorável à questão

A Proposta de Emenda Constitucional 187/2012, conhecida como PEC das Diretas Já no Judiciário, foi tema do encontro, realizado em Brasília, em 20 de março, entre o presidente da Câmara dos Deputados, deputado federal Henrique Alves (PMDB/RN), o presidente da Amaerj, Cláudio dell’Orto, e representantes de outras seis associações de magistrados.

Os magistrados presentes reivindicaram medidas para aprovação da PEC, que determina eleição direta das mesas diretoras dos Tribunais brasileiros, com participação de todos os magistrados

vitalícios. O presidente dell’Orto aproveitou a oportunidade para pontuar o caráter inclusivo da iniciativa. “A medida é de extrema importância para a cidadania porque os Tribunais realizarão investimentos essenciais para o aparelhamento e funcionamento adequado da Justiça de primeiro grau”, afirmou o magistrado.

Durante o encontro, o presidente da Câmara dos Deputados se mostrou sensível à luta dos magistrados. O deputado Henrique Alves afirmou que compreende a importância da democracia interna para o Judiciário e se

comprometeu em pautar a discussão da matéria junto às lideranças da Casa.

O encontro foi agendado a pedido da presidente da Associação dos Magistrados do Rio Grande do Norte (Amarn), juíza Hadja Rayanne de Alencar. Na ocasião, o juiz João Ricardo dos Santos Costa, diretor do Departamento de Coordenação de Processos Judiciais da Associação dos Juizes do Rio Grande do Sul (Ajuris), falou sobre a importância da PEC.

Também estiveram presentes os presidentes das Associações de Magistrados dos Estados do Maranhão (Ama), Gervásio Santos; de Santa Catarina (AMC), Sérgio Junkes; do Ceará (ACM), Ricardo Barreto, e do Rio Grande do Sul (Ajuris), João Ricardo.

A Proposta também foi defendida pelo desembargador Nelson Calandra, presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB), que foi acompanhado pelas magistradas do TJ-RJ Renata Gil, vice-presidente de Direitos Humanos, e Marília de Castro Vieira, diretora da Secretaria de Defesa de Direitos e Prerrogativas da AMB.

(Com informações da Associação dos Magistrados do Maranhão)

Amaerj promove nova mobilização em apoio à eleição direta no Judiciário

Proposta é implantar a eleição direta por simples mudança no Regimento Interno

A Amaerj realizará, em 29 de abril, às 15h, no auditório da Associação, uma nova mobilização em apoio às eleições diretas no Poder Judiciário. Na ocasião será apresentado um abaixo-assinado com o intuito de implantar a eleição direta por simples mudança no Regimento Interno do TJ-RJ. A ideia do abaixo-assinado surgiu no grupo do Facebook “Magistratura do Rio”.

Segundo o presidente da Associação, Cláudio dell’Orto, a Amaerj vai buscar mobilizar parlamentares do Rio para a aprovação da Proposta de Emenda

Constitucional 187/2012, conhecida como a PEC das Diretas Já no Judiciário, no Congresso Nacional. A Associação luta pela democratização eleitoral no Judiciário ao defender a escolha direta dos presidentes e vice-presidentes dos Tribunais por todos os magistrados vitalícios que compõem a corte.

Histórico da mobilização

A primeira mobilização aconteceu em setembro de 2012, no auditório da Amaerj, e reuniu mais de cem associados. Na ocasião, o presidente dell’Orto afirmou que “a administração e o orça-

mento do Tribunal são para todos os magistrados, logo, se isso é verdadeiro todos os magistrados devem participar democraticamente do processo de escolha das mesas diretoras dos Tribunais”.

O magistrado também reforçou a necessidade de união e empenho da classe. “Fundamentalmente é necessário que as associações estejam empenhadas. É necessário que a gente demonstre ao Congresso Nacional que a magistratura está unida em torno de um projeto de democratização interna ou, que pelo menos, a maioria da magistratura está unida neste propósito”, afirmou.

Estudantes norte-americanos participam do Juristur

Dois grupos de Chicago, totalizando 18 jovens, participaram em março



Diego Carvalho/Amaerj

Alunos conheceram a estrutura do Judiciário do Rio e tiraram dúvidas sobre a Justiça brasileira

O programa Juristur/Conhecendo o Judiciário, da Amaerj, recebeu dois grupos de estudantes dos Estados Unidos no mês de março. No dia 18, Mario Caccista e Megan Kiernan, alunos do curso de Direito da Northwestern University School of Law, de Chicago, participaram da visita guiada. No dia 22, outro grupo de 16 estudantes da mesma universidade também foi recebido pelo programa.

Os estudantes foram recepcionados pelo coordenador do programa, juiz Joel Pereira dos Santos, a advogada Francisca Lima, secretária do projeto, e pela funcionária do cerimonial do TJ-RJ, Ana Maria, que atuou como intérprete. Nas duas ocasiões, os universitários participaram de uma visita, guiada pela educadora Teresinha Souza, ao Museu da Justiça do Rio de Janeiro, onde puderam conhecer as dependências do

antigo Palácio da Justiça. Na sequência, os norte-americanos foram ao Tribunal Pleno e ao Órgão Especial.

O intercâmbio de informações sobre o funcionamento do Judiciário brasileiro e norte-americano foi, para Mario Caccista, um dos momentos mais importantes. “Achei muito interessante a conversa inicial com o magistrado, pois ele é a melhor pessoa para explicar como tudo acontece por aqui. Gostei ainda mais do interesse demonstrado por ele no sistema jurídico dos Estados Unidos. A troca de informações tornou o encontro dinâmico”, elogiou o estudante. Para a estudante Megan Kiernan a visita guiada pelo juiz Joel proporcionou uma viagem no tempo. “Foi realmente muito legal visitar o prédio antigo, aprender sobre a história e escutar sobre como as mudanças aconteceram e como tudo se desenvolveu”, concluiu.

A violência contra a mulher no Brasil foi um dos temas mais questionados entre os estudantes do grupo de universitários norte-americanos que participaram da segunda visita, no dia 22. O juiz Joel respondeu às diversas perguntas sobre análise e tipos de crimes direcionados ao Tribunal do Júri e as diferenças entre a Justiça Estadual e Federal. O coordenador do programa também ouviu os depoimentos dos jovens, que ficaram admirados com a quantidade de mulheres que integram a Corte fluminense.

O estudante Aram Hanessian falou em nome do grupo sobre a rica experiência que estava tendo no Brasil e explicou que a visita guiada ao Tribunal, promovida pela Amaerj, contribuiu para que todos ampliassem os conhecimentos sobre o Judiciário brasileiro. Aram destacou ainda que o mais interessante foi ver a estrutura da Corte. “Cada sala era completamente diferente uma da outra! A oportunidade de ver o estilo de vida das pessoas e ao mesmo tempo aprender mais sobre o funcionamento da Justiça na cidade do Rio, fez com o que a gente percebesse detalhes importantes sobre o país”, completou o estudante.

Responsável pela coordenação e supervisão dos alunos durante a viagem pelo Brasil, a professora Judy Rosenbaum, também visitou o País pela primeira vez e falou sobre os aspectos do Judiciário brasileiro que mais a surpreenderam. “Fiquei impressionada com o número de juizes que sentam lado a lado nas sessões e com o fato de que, assim como em Chicago, no Brasil a Corte é aberta a todos e lida com diferentes tipos de processos, diferente dos Estados Unidos, que tem cortes especializadas em determinadas estados, para atender à população”, completou a educadora.

A visita dos estudantes faz parte do programa oferecido pela Northwestern University School of Law, aos alunos do 2º e 3º ano do curso de Direito, através do programa International Team Projects – ITP (Projeto Internacional de Grupos), que pela primeira vez trouxe estudantes ao Brasil.



Diego Carvalho/Amaerj

Jovens estadunidenses são recebidos pela equipe do Juristur



Diego Carvalho/Amaerj

Dependências do TJ-RJ encantam universitários dos EUA.

ATS é tema de encontro entre vice-presidente da Amaerj e Advogado-Geral da União

Juiz Paulo Feijó e ministro Luís Inácio Adams falaram sobre o andamento da PEC 02/2011



Wesley Micalister | AscomAGU

Entidades de classe do Judiciário buscaram apoio do Poder executivo para viabilizar proposta de restabelecimento do ATS

O 2º vice-presidente da Amaerj, juiz Paulo Mello Feijó, esteve em Brasília, em 18 de março, reunido com o Advogado-Geral da União, ministro Luís Inácio Adams. O tema do encontro foi o andamento da Proposta de Emenda Constitucional (PEC 02/2011) que visa o restabelecimento do Adicional por Tempo de Serviço (ATS).

Segundo Paulo Feijó, os principais detalhes foram discutidos. “Conversamos sobre as questões políticas que retardam o andamento da proposta e também

falamos da necessidade de interlocução com o Executivo para viabilizar a proposta, que tem grande repercussão financeira na esfera Federal”, afirmou o vice-presidente da Amaerj.

A reunião contou com a participação dos presidentes da Associação dos Magistrados Catarinenses (AMC), Sérgio Junkes; da Associação Alagoana de Magistrados (Almagis), Pedro Ivens; da Associação Cearense de Magistrados (ACM), Ricardo Barreto, e da Associação dos Magistrados de Pernambuco (Amepe), Emanuel Bonfim. Os magistrados entre-

garam ao ministro um estudo técnico, encomendado pela AMC e elaborado pelo Instituto Rainoldo Uessler, sobre o restabelecimento do ATS.

Esta reunião foi mais uma iniciativa da Amaerj, em parceria com outras entidades de classe do Judiciário, com o intuito de buscar apoio político para a aprovação da PEC que reestabelece o ATS. A primeira reunião do ano realizada neste sentido aconteceu, em 27 de fevereiro, no Supremo Tribunal Federal, com o presidente da casa, ministro Joaquim Barbosa, e o presidente da Amaerj, Cláudio dell’Orto.

Desembargador Cleber Ghelfenstein é novo diretor de Assistência da Amaerj

Magistrado assumiu o cargo em março já com propostas para a Diretoria de Assistência

O desembargador Cleber Ghelfenstein é o novo diretor de Assistência da Amaerj. Ele assumiu a nova função, em 13 de março, e já tem planos para a Diretoria. A primeira medida estudada é referente à prestação de serviço odontológico. O novo diretor afirmou que pretende trabalhar para que a Amaerj ofereça este tipo de atendimento aos associados.

Atualmente está sendo estudado um convênio com um consultório odontológico com sede localizada nas proximidades do Foro Central e filial em Niterói. Desta forma será possível oferecer atendimento aos associados que trabalham ou residem próximo a estas localidades. Futuramente o serviço poderá ser estendido aos associados que atuam em comarcas do interior.



Santia Yara | Amaerj

Presidente dell’Orto e desembargador Cleber Ghelfenstein se reuniram na sede da Associação

Identidade funcional dos magistrados começa a sair do papel

Viabilidade de custo e segurança da documentação está em debate



Lúcio Silveira/Agência CNJ

Conselheiro do CNJ José Lúcio Munhoz

A proposta que visa a padronização da identidade funcional dos magistrados brasileiros começa a ganhar força. Responsável pela iniciativa, o presidente da Comissão Permanente de Eficiência Operacional e Gestão de Pessoas do Conselho Nacional de Justiça, conselheiro Lúcio Munhoz, participou, em março, de reuniões, com representantes da Casa da Moeda, e com integrantes dos

departamentos jurídicos e de Controle do CNJ, para debater a viabilidade da unificação do documento.

Na reunião na Casa da Moeda, órgão responsável pela produção não apenas de dinheiro, mas de produtos como passaportes com chips e selos fiscais, Munhoz debateu questões como a segurança do documento e os custos de sua emissão. “Restou aprovada, nos estudos, a proposta de criação de um documento nacional único de identificação de magistrado, em cartão de plástico ou assemelhado em sua confecção, com chip que permita a inclusão de dados biométricos e assinatura digital”, adiantou.

O conselheiro explicou que a entrada em vigor da identidade funcional padronizada dependerá da aprovação de uma resolução pelo Plenário do CNJ. Mas antes de apresentar a minuta de normatização ao colegiado do Conselho, afirmou que promoverá um debate com os magistrados. “A ideia é consultar os tribunais quanto ao texto e leiaute do

documento, assim como os dados que a identificação deverá conter e a validade desta”, explicou Lúcio Munhoz.

A proposta de padronizar a identidade funcional dos magistrados brasileiros também recebeu o apoio do Superior Tribunal de Justiça (STJ). O Plenário da Corte aprovou, em 6 de março, uma moção favorável aos estudos promovidos pelo CNJ para tornar o documento nacional.

A ideia de padronizar a carteira funcional dos magistrados surgiu do julgamento do Pedido de Providência 0006840-36.2012.2.00.0000, movido pela (AMB), em novembro do ano passado. No procedimento, a entidade pediu ao CNJ que conduzisse estudos para unificar o documento, em razão da dificuldade de muitos magistrados de ter a identificação reconhecida, principalmente nos aeroportos brasileiros, o que contraria o disposto no artigo 2º da Resolução n. 130 da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac).

(Com informações da Agência CNJ de Notícias)

Juízes leigos terão que prestar concurso público

Medida concede normas definitivas para regimento da função

Os juízes leigos terão que ser aprovados em “processo seletivo público” para atuar nos Juizados Especiais. É o que define a resolução que regulamenta a atividade, aprovada pelo CNJ, em 19 de março. O texto prevê que os candidatos ao posto devem ser advogados

com no mínimo dois anos de experiência. A seleção será realizada por meio de provas e avaliação de títulos, sob critérios objetivos estabelecidos pelas coordenações estaduais do sistema de Juizados Especiais.

O juiz leigo atua nos Juizados como auxiliar do magistrado que dirige o

processo, realizando diversas tarefas sob supervisão. Até hoje, no entanto, não existia um conjunto de normas definitivas para reger o exercício da função. A proposta de Resolução do CNJ foi elaborada pelo conselheiro José Guilherme Vasi Werner.

Remuneração

O texto da resolução prevê que o exercício da função é temporário e não gera vínculo empregatício ou estatutário. A remuneração será estabelecida por projeto de sentença ou acordo entre as partes, segundo ava-

liação do desempenho do juiz leigo. O valor da remuneração não poderá superar o valor pago ao “maior cargo cartorário de terceiro grau de escolaridade do primeiro grau de jurisdição do Tribunal de Justiça” que o Juizado

Especial integra. A resolução determina ainda que os juízes leigos deverão receber capacitação do tribunal de no mínimo 40 horas, observando-se os conteúdos programáticos listados definidos na Resolução.

Restrições

Os juízes leigos ficam proibidos de advogar nos Juizados Especiais da sua

respectiva comarca enquanto estiverem atuando como tal. Eles também

não poderão advogar em nenhum Juizado Especial de Fazenda Pública.

Sede praiana se prepara para receber associados no próximo feriado

Expectativa é de lotação máxima no feriado de Corpus Christi, entre 30 de maio e 2 de junho



Com vista privilegiada para o mar os associados têm opções de lazer para crianças, jovens e adultos em todas as épocas do ano

A diretoria da sede praiana está preparando diversas atividades para receber os associados no feriadão de Corpus Christi, que é celebrado entre os dias 30 de maio e 2 de junho. Localizada no balneário de São Pedro da Aldeia, na Região dos Lagos, faz parte da famosa Costa Azul. A região também abriga as conhecidas vizinhas Búzios, Cabo Frio e Rio das

Ostras, que são opções de passeio para quem se hospeda na sede praiana.

A Colônia de Férias de São Pedro da Aldeia já tem a agenda anual programada para os próximos feriados e festas comemorativas. Todos os feriados têm programação diferenciada, elaborada especialmente pela desembargadora Elizabete Aguiar, diretora da sede. Os associados interessados em se hospedar na sede de-

vem entrar em contato com a gerente administrativa da Amaerj, Kátia Cavalcanti, por telefone (3133-4167 e 2533-1345) ou diretamente na sede da Associação, que fica na Rua Dom Manoel, 29/1º andar.

O endereço da sede de São Pedro da Aldeia é Av. Porto Feliz, 580 – Km 106,5 da Rodovia Amaral Peixoto – Balneário de São Pedro da Aldeia – Rio de Janeiro. Tel.: (22) 2621-1630/2621.

VARGEM GRANDE

Nova diretoria promove inovações na sede de Vargem Grande

Espaço conta com nova gerência e equipe com treinamento em primeiros socorros



Sede possui área arborizada e oferece serviços diferenciados para associados

A sede de Vargem Grande, que desde fevereiro é dirigida pelos juízes Sandro Espíndola, diretor, e Nilton Ramos, vice-diretor, teve

inovações no mês de março. A primeira foi o curso de capacitação em primeiros socorros e a segunda foi a contratação de um novo gerente.

A equipe de funcionários recebeu, entre os dias 12 e 14 de março, um treinamento para prestar os primeiros socorros em casos de acidentes, com o intuito de oferecer maior segurança aos associados e convidados. O treinamento foi comandado pelo Coronel Braga, que já foi diretor da Brigada de Incêndio do TJ-RJ. Entre outras técnicas, os funcionários aprenderam como usar o aparelho desfibrilador.

A outra iniciativa da nova direção de Vargem Grande foi a contratação do Sr. Dangelo Barbosa Maia para a função de gerente da sede campestre. O objetivo da contratação é oferecer um serviço mais completo aos associados. Entre as funções do novo gerente está o acompanhamento de todos os eventos associativos realizados na sede e a recepção dos associados nos finais de semana e feriados.

A sede campestre da Associação está localizada na Estrada do Mucuíba, Nº 1416, no bairro de Vargem Grande – Rio de Janeiro. Os telefones para contato são: 2428-1040/1769/3993.

Dell'Orto palestra em evento sobre turismo

O presidente da Amaerj, Cláudio dell'Orto, foi palestrante na 11ª edição do Fórum Panrotas, em 19 de março. Dell'Orto compôs o painel Responsabilidade Civil – Direitos e Deveres na Venda de Produtos e Servi-

ços de Viagens, que abordou questões referentes ao relacionamento das agências de viagem com o Procon e a Justiça. O evento, um dos principais do setor de turismo brasileiro, foi realizado no Centro Fecomercio de Eventos, em São Paulo.



Dell'Orto participou de painel sobre os direitos e deveres na venda de produtos e serviços de viagens

IMB e Mútua dos Magistrados empossam nova Diretoria



Os desembargadores Roberto Guimarães (IMB), Cláudio dell'Orto (Amaerj) e Antonio Saldanha Palheiro (Mútua)

O Instituto dos Magistrado do Brasil (IMB) e a Mútua dos Magistrados empossaram, em março, os membros da nova Diretoria. No dia 14 assumiram, respectivamente, a presidência e vice-presidência do IMB os desembargadores Roberto Guimarães e Nagib Slaib Filho. Também fazem parte da nova composição da Instituição

os desembargadores Gama Macher, eleito o presidente do Conselho Deliberativo, e Antonio José Carvalho, que assume a Diretoria de Comunicação. Em 18 de março, a Mútua dos Magistrados elegeu o desembargador Antonio Saldanha Palheiro, candidato pela chapa Continuidade e Eficiência, presidente da entidade para o biênio 2013/2014.

Desembargadora Gilda Carrapatoso é a nova presidente da Abaterj



Desembargadoras Gilda Carrapatoso, Leila Mariano e Norma Suely

A Associação Benficiente dos Amigos do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (Abaterj) agora é presidida pela desembargadora Gilda Carrapatoso. A cerimônia de posse foi realizada, em 20 de março, na sede da Instituição. A magistrada substitui a desembargadora Norma Suely Fonseca Quintes para um mandato de dois anos. A Abaterj é uma associação filantrópica sem fins lucrativos, mantida pelos serventuários, magistrados e amigos do TJ-RJ.

Vice-presidente da Amaerj responderá pela fiscalização de propaganda eleitoral



O 1º vice-presidente da Amaerj, Antonio Augusto Gaspar, comandará a Coordenação de Fiscalização de Propaganda Eleitoral no Estado. O órgão fiscalizará a propaganda dos partidos e candidatos à eleição de 2014 para governador e deputados. Os juizes Luiz Fernando Pinto e Marcelo Rubioli também integrarão o órgão. (Com informações do jornal O Dia)

Associação apoia a Jornada Mundial da Juventude

Amaerj incentiva que associados acolham os peregrinos da JMJ

A Amaerj convoca todos os associados a participarem da Jornada Mundial da Juventude (JMJ), que acontecerá entre os dias 23 e 28 de julho, na cidade do Rio de Janeiro. O evento, organizado pela Igreja Católica, é o maior encontro de jovens católicos do mundo. São esperados mais de dois milhões e meio de jovens missionários e a grande maioria ainda não tem lugar para se hospedar. A Amaerj incentiva que os associados recebam estes peregrinos em casa, apenas oferecendo um lugar onde possam pernoitar, fazer a higiene pessoal e guardar os pertences.

O perfil do peregrino que será acolhido pode ser definido previamente. O associado escolhe se prefere receber homens ou mulheres, brasileiros ou estrangeiros, neste caso, pode ser definida a nacionalidade e, também se deseja receber freiras e padres. Todos os jovens trazem colchão e saco de dormir, sendo assim, mesmo que o associado não disponibilize camas extras pode ceder um espaço para o pernoite.

Os peregrinos são todos cadastrados e o Comitê Organizador Local (Col) possui um protocolo de identificação

de cada pessoa, com informações sobre o local de origem (país, estado e cidade), a paróquia e o sacerdote responsável, além de dados pessoais. A organização do evento não disponibiliza o endereço das residências aos jovens. Eles só são informados sobre o local exato após chegarem na cidade e se apresentarem à organização do evento.

Quando eles chegam ao Rio de Janeiro são encaminhados ao Centro de Referência. Neste, local eles recebem um kit com um cartão de transporte e alimentação, o mapa das atividades e também preenchem uma ficha de identificação completa. O responsável pelo jovem o acompanha até a residência e faz sua apresentação à família acolhedora. Portanto, não existe risco de uma pessoa não cadastrada e sem vínculo com a igreja ser acolhida por engano.

O Col oferece todas as refeições ao peregrino, sendo assim, a família que hospeda não precisa se preocu-



par com a alimentação do hóspede. Todas as atividades da JMJ estão programadas entre 9 e 21h. Os peregrinos deixam as residências às 8h e só retornam às 22h para dormir e fazer a higiene pessoal.

Os magistrados que tiverem interesse em participar e acolher peregrinos podem entrar em contato com a Amaerj e obter mais informações. O colaborador Marcos Aguiar é o responsável pela mediação entre o Col e os magistrados e está apto a responder todas as dúvidas através do telefone (21) 3861-1124 ou do e-mail marcosaguiar@amaerj.org.br.

LEGISLATIVO

Código Eleitoral: propostas de mudanças devem ser entregues até junho

O presidente do Senado, Renan Calheiros, nomeará comissão especial de parlamentares para elaborar os projetos de leis e propostas de emenda à Constituição

A comissão especial que estuda mudanças no Código Eleitoral entregará, até 30 de junho, as propostas ao presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL). Depois disso, Renan nomeará uma comissão especial de parlamentares para convertê-las em projetos de lei e propostas de emenda à Constituição.

De acordo com o ministro José Antonio Dias Toffoli, do STF, o objetivo da refor-

ma é “racionalizar o processo eleitoral”. Ele lembrou que, atualmente, o candidato pode responder a até três processos sobre o mesmo tema “imputado como ilícito”. Toffoli também disse que esses mecanismos protelatórios de julgamento de candidaturas sobrecarregam a Justiça e representam “uma irracionalidade”. Segundo o ministro, não é raro o candidato ser absolvido em um processo e, em outro foro, ser condenado pelo mesmo

tema em questão. “Algumas das propostas dizem respeito à prestação de contas e ao financiamento de campanhas. São temas que ainda estão em debate na comissão para ver de que forma serão implementados, explicou Toffoli.

Os juristas encarregados de revisar o documento iniciaram os trabalhos em 2010, após serem nomeados pelo então presidente da Casa, José Sarney (PMDB-AP). (Com informações do DCI)

Definida nova composição da Comaq

Presidência do TJ-RJ divulgou novos integrantes em fevereiro

A presidente do TJ-RJ, desembargadora Leila Mariano, divulgou, por meio de Ato Executivo no Diário Oficial, em 21 de fevereiro, os nomes dos novos integrantes da Comissão de Apoio à Qualidade dos Serviços Judiciais (Comaq).

Passam a integrar a Comaq o desembargador Antonio Saldanha Palheiro – presidente; juíza Valéria Pachá Bichara – auxiliar da Presidência; juiz Paulo Roberto Sampaio Jangutta – auxiliar da Corregedoria Geral da Justiça; juiz Marcel Laguna Duque Estrada – dirigente do 1º NUR - Corregedoria Geral da Justiça; juíza Renata Gil de Alcântara Videira – titular da 40ª Vara Criminal da Comarca da Capital; juíza Fernanda

Xavier de Brito – titular da 44ª Vara Cível da Comarca da Capital; juiz Aroldo Gonçalves Pereira Junior – II Juizado Especial Cível da Comarca de Nova Iguaçu; juiz Alexandre Chini Neto – coordenador das Turmas Recursais dos Juizados Especiais, e juíza Rosa Maria Cirigliano Maneschky – titular da 49ª Vara Cível da Comarca da Capital.

A desembargadora Maria Augusta Vaz Monteiro de Figueiredo, coordenadora da Movimentação do TJ-RJ, e o desembargador Milton Fernandes de Souza, presidente do Fundo Especial do TJ-RJ, terão assento na Comissão de Apoio à Qualidade dos Serviços Judiciais, podendo participar das reuniões e sessões com direito a voto.

Homenagem à juíza Thelma Fraga no Fórum de Jacarepaguá

Solenidade contou com a participação de familiares, magistrados e servidores

O TJ-RJ homenageou, em 20 de março, a memória da juíza Thelma Araújo Fraga, falecida em novembro passado, dando o seu nome ao auditório do Fórum de Jacarepaguá. Participaram da solenidade a mãe da magistrada, Selma de Araújo, e a filha Ana Carolina Esteves Fraga. Além de juízes, servidores e pessoas que participaram do projeto Grão, iniciativa de cunho social idealizada pela juíza Thelma, que faz a reinserção social de ex-presidiários.

Segundo a juíza Raquel de Oliveira, diretora do Fórum de Jacarepaguá e 1º tesoureira da Amaerj, a juíza Thelma, por sua sensibilidade e amor ao próximo, merecia esta e outras homenagens. “Ela era muito dedicada ao trabalho e se preocupava com as pessoas, principalmente com os jurisdicionados. Thelma queria ver o resultado de seu trabalho na sociedade, não apenas nas estatísticas. Além disso, era muito empolgada, alegre; era também uma mulher à frente de seu tempo”, afirmou a magistrada.



Mãe e filha da juíza Thelma Fraga com a magistrada Raquel de Oliveira

Após o descerramento da placa, na entrada do auditório, o Departamento de Avaliação e Acompanhamento de Projetos Especiais (DEAPE) exibiu um vídeo com imagens da juíza Thelma Freitas. Ela, que foi vítima de um acidente vascular cerebral aos 47 anos, exerceu a magistratura por 18 anos. Desde 2010, atuava no 16º Juizado Especial Cível de Jacarepaguá.

(Com informações do TJ-RJ)

TJ-RJ empossa a desembargadora Mônica Sardas

Magistrada ocupa vaga do Quinto Constitucional destinada ao MP



Desembargadora Mônica Sardas atuou como promotora de Justiça durante 22 anos

A presidente do Tribunal de Justiça do Rio, desembargadora Leila Mariano, empossou, em 25 de março, a procuradora de Justiça do Ministério Público do Rio Mônica de Faria Sardas no cargo de desembargadora. A nova magistrada ocupa a vaga do Quinto Constitucional destinada a membros do Ministério Público. O presidente da Amaerj, Cláudio dell’Orto, prestigiou a solenidade realizada no Órgão Especial do TJ-RJ.

Também estiveram presentes à cerimônia o subprocurador do Estado do Rio, Leonardo Espindola, representando o governador Sergio Cabral; o subprocurador geral de Justiça de Assuntos Institucionais e Judiciário, Sergio Roberto Ulhoa Pimentel, representando o procurador-geral de Justiça, Marfan Vieira; o conselheiro Bruno Calfat, representando o presidente da OAB-RJ, Felipe Santa Cruz; o presidente do Tribunal de Contas do Município do Rio, Thiers Viana Montebelo; os ex-presidentes do TJ-RJ, desembargadores Miguel Pachá, Antonio Carlos Amorim e Luiz Zweiter; entre outros.

Amaerj incentiva colaboração com o Fundo para a Infância e Adolescência

Associados podem aderir à causa doando 3% do imposto de renda devido para o Fundo

Neste ano, a Amaerj está apoiando o Fundo para a Infância e Adolescência (Fia) do Conselho Estadual da Criança e do Adolescente do Estado do Rio de Janeiro (Cedca). O desembargador Siro Darlan apresentou a ideia ao presidente da Amaerj, Cláudio dell’Orto, e foi o grande incentivador para que a Associação aderisse à causa. O Fia apoia projetos que promovem a inclusão social de crianças e adolescentes e para isto conta com doações de entidades, empresas e cidadãos.

O Estatuto da Criança e do Adolescente (Eca) criou um incentivo fiscal que possibilita as empresas e pessoas

físicas doarem recursos para os Fundos da Infância e Adolescência e deduzir 100% do imposto de renda devido. Os recursos são utilizados para financiar projetos apresentados pelas entidades do terceiro setor que são avaliados e selecionados pelo Conselho, com base em rígidos critérios disponíveis no edital de seleção pública de projetos. A Amaerj incentiva os associados a aderirem à causa, doando 3% do imposto de renda devido ao Fia.

Segundo o desembargador Siro Darlan, a doação ao fundo traz a certeza que a contribuição do IR será revertida em investimentos no próprio

município e, principalmente, em projetos sérios. “A vantagem desse direcionamento é que quando pagamos o Imposto de Renda o nosso dinheiro vai para União, que depois direciona ou não este imposto para nossa cidade. Se a Lei nos dá a opção de reter um percentual deste imposto para direcioná-lo à nossa cidade é sinal que nós estaremos contribuindo diretamente para melhoria das condições de vida de crianças e adolescentes que nela residem. Então, é uma opção que a Lei dá ao contribuinte e da qual não devemos abrir mão”, explica o magistrado.

Saiba como fazer

Para o contribuinte fazer uso da lei é preciso que a declaração seja feita no formulário completo. Ele poderá doar, no ano em curso, 3% do imposto de renda devido. Caso a pessoa física tenha restituição a receber, imposto a pagar ou se o imposto pago durante o ano for o valor exato devido, também poderá beneficiar-se dessa Lei. A dedução dos valores destinados ao Fia não prejudica outras deduções, como aquelas relativas a dependentes, saúde, educação e pensão alimentícia.

É importante destacar que a declaração do Imposto de Renda da Pessoa Física 2013 (ano-base 2012) trouxe uma grande novidade para os contribuintes. A partir deste ano será possí-

vel fazer doações a fundos voltados à proteção dos direitos da criança e do adolescente na própria declaração, ou seja, não há a necessidade de se fazer previamente a doação ao Fia e incluí-la no formulário do imposto de renda, na relação das doações dedutíveis.

O formulário apresenta uma lista de 200 fundos que estarão dentro do programa do IR, constando nele o Fundo da Infância e Adolescência do Estado do Rio de Janeiro, vinculado ao Cedca-RJ (Conselho Estadual dos Direitos da Criança e Adolescentes do Rio de Janeiro). Após indicar o Fundo para o qual será feita a doação, o programa emitirá o Darf (Documento de Arrecadação de Receitas Federais), que deverá ser pago para que a doa-

ção seja concluída.

Após a realização do depósito, o doador deverá remeter à Secretaria do Cedca-RJ o comprovante bancário do depósito além dos seguintes dados: nome completo (pessoa física) ou nome empresarial (pessoa jurídica), nº do CPF (pessoa física) ou CNPJ (pessoa jurídica), além do endereço completo, para fins de confecção e envio do recibo da doação.

O comprovante e os dados supramencionados poderão ser entregues diretamente na Secretaria do Cedca-RJ na Rua da Ajuda, nº 5 – 11º andar salas 1101 – Centro Rio de Janeiro, ou enviados por fax, para o número 21-23330185, ou ainda scaneado e enviado para o email cedcarj.rj2012@yahoo.com.br.

Equipe de Tiro da Amaerj treina em Volta Redonda

Evento foi promovido pela 6ª Regional visando os VI Jogos Nacionais

A 6ª Seção Regional, em Volta Redonda, promoveu um treinamento para Equipe de Tiro que representou a Associação nos VI Jogos Nacionais da Magistratura, entre 17 e 21 de abril.

A iniciativa, em parceria com a Academia Militar das Agulhas Negras, foi organizada pelo juiz Marvin Ramos, presidente da Regional.

O treinamento de Tiro Esportivo para os magistrados aconteceu nas duas primeiras semanas de abril. Os treinos foram realizados no Polígono de Tiro da Academia, em Resende.

Associação de juízes acionam STF por volta de patrocínios em eventos

Instituto Innovare já alterou os estatutos de sua premiação, em atenção à resolução aprovada em 19 de março pelo CNJ

A Associação Nacional dos Magistrados Estaduais (Anamages) e a Associação dos Juizes Federais (Ajufe) acionaram o Supremo Tribunal Federal (STF) para pedir a liberação de patrocínios em eventos de juízes. As entidades querem a anulação de decisão do CNJ que limitou os patrocínios a 30% em eventos promovidos por tribunais, conselhos de Justiça e escolas da magistratura, deixando de fora as associações.

Argumentando que o CNJ deveria convocar audiência pública antes de tomar a decisão, a Anamages avalia que a resolução conflita com a liberdade da associação ao criar regras para a realização de eventos da magistratura. Defende, ainda, que esse tipo de interferência

só poderia ter sido decidida pelo Congresso Nacional ou pelo STF, uma vez que trata de direitos de magistrados.

A Ajufe considera que, além de ser inconstitucional, a decisão do CNJ limita o direito dos juízes de participarem de eventos organizados por suas entidades de classe. De acordo com a Ajufe, a cota de 30% para os tribunais é irregular porque as Cortes não podem receber dinheiro de patrocínio. “Essa decisão põe em risco a realização até de eventos de natureza técnico-científica, como o Fórum Nacional dos Juizados Especiais Federais e o Fórum Nacional dos Juizados Federais Criminais”, afirmou o presidente da entidade, Nino Toldo.

De todo modo, em atenção à decisão do CNJ, a direção do Prêmio

Innovare já anunciou que não oferecerá mais premiação em dinheiro aos magistrados, membros do Ministério Público, estadual e federal, defensores públicos e advogados públicos e privados que forem agraciados.

Aprovada em sessão ordinária do CNJ, em 19 de março, a resolução disciplina a participação de magistrados em congressos, seminários e eventos culturais. A norma, que entrará em vigor em 60 dias após sua publicação, proíbe em seu artigo quinto que o magistrado receba, “a qualquer título ou pretexto, prêmios, auxílios ou contribuições de pessoas físicas, entidades públicas ou privadas.”

(Com informações O Globo/Agência Brasil)

Tribunais devem regulamentar a entrega da declaração de bens de magistrados e servidores

Nova regulamentação prevista na Lei 8.730/1993 prioriza acesso às informações por meio eletrônico

O Corregedor Nacional de Justiça, ministro Francisco Falcão, recomendou aos tribunais de todo o país que regulamentem a entrega anual da declaração de bens e rendas de magistrados e servidores.

A obrigatoriedade da entrega anual da consignação para o exercício de cargos, empregos e funções nos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário está prevista na Lei 8.730/1993.

De acordo com a Recomendação 10/2013, assinada pelo ministro, em 6 de março, a regulamentação deve contemplar, preferencialmente, a entrega da declaração por meio eletrônico ou a autorização de acesso às declarações de bens e rendas, a fim de minimizar o impacto ambiental causado pelo armazenamento em meio físico.

A Corregedoria sugere ainda que as normas a serem editadas pelos tribunais

estipulem um prazo para a entrega das declarações, e que o mesmo não seja superior a 30 dias após o tempo final determinado pela Receita Federal do Brasil.

A recomendação pede ainda que os tribunais colem as declarações de magistrados e servidores, independentemente de serem ocupantes de cargo em comissão, inclusive, em relação ao período anterior aos últimos cinco anos.

(Com informações da Agência CNJ de Notícias)

STF cria comissão de estudos sobre novo Estatuto da Magistratura

Ministros têm prazo de 90 dias para apresentar a minuta do anteprojeto

Por meio da Portaria nº 47, de 18/2/2013, o presidente do STF, ministro Joaquim Barbosa, instituiu, a Comissão de Estudo e Redação de Anteprojeto de Lei Complementar sobre o Estatuto da Magistratura. De acordo com o artigo 93 da Constituição Federal, compete ao Supremo a iniciativa de lei complementar neste sentido.

Presidida pelo ministro Gilmar Mendes e composta pelos ministros Ricardo Lewandowski e Luiz Fux, a comissão deverá apresentar a minuta de anteprojeto da lei complementar do novo estatuto em 90 dias.

Ao criar a comissão, o ministro Joaquim Barbosa considerou o lapso temporal decorrido desde a promulgação da Constituição,

em 1988, e a necessidade de consolidação e sistematização dos vários esforços para análise do tema e para a elaboração de anteprojeto e de projeto de lei para regulamentação da matéria. Destacou também a defasagem e os litígios decorrentes do exame da recepção da atual lei que rege a magistratura nacional, a Lei Complementar 35/1979.

(Com informações do STF)

Presidente do TJ-RJ anuncia auditoria na folha de pagamento

Medida pretende reduzir gastos do Tribunal e coibir falhas na concessão de benefícios

Em reunião com juízes das varas de Fazenda Pública e representantes do Rioprevidência, a presidente do TJ-RJ, desembargadora Leila Mariano, anunciou, em 8 de março, que a folha de pagamento de servidores e magistrados vai passar por uma auditoria nos próximos meses. O objetivo é detectar possíveis falhas na concessão de benefícios. Além disso, também será adotado um sistema de identificação biométrica de servidores ativos e inativos.

“Já conversei com Sergio Ruy (secretário estadual de Planejamento, Sérgio Ruy Barbosa) e o governo vai nos auxiliar no programa de identificação biométrica dos servidores. Precisamos auditar a folha de pagamento, enxergar a administração pública com um olhar vigilante e cuidadoso, vasculhando em busca de possíveis irregularidades e cortando gastos”, avaliou a desembargadora.

O processo de identificação biométrica citado pela presidente foi implantado pelo governo estadual em 2009. O projeto

“Identidade Funcional” catalogou todos os 460 mil servidores ativos, inativos e pensionistas. De acordo com o presidente do Rioprevidência, Gustavo de Oliveira Barbosa, o processo de reestruturação administrativa tornou possível a revisão de mais de 60 mil benefícios previdenciários que apresentavam algum tipo de irregularidade, o que gerou uma economia de R\$ 143,3 milhões/ano aos cofres públicos.

Também participaram da reunião o corregedor-geral de Justiça, Valmir de Oliveira Silva; o desembargador Agostinho Teixeira de Almeida Filho, que representa o TJ-RJ no Conselho de Administração do Rioprevidência; e os juízes Afonso Henrique Ferreira Barbosa, Maria Tereza Pontes Gazineu, Alexandre de Carvalho Mesquita, Roseli Nalin, Margaret de Oliveira Valle dos Santos, Eduardo Antonio Klausner, Renato Lima Charnaux Sertã, Gisele Guida de Faria, Érica Batista de Castro, Sérgio Seabra Varella, Ricardo Coimbra da Silva Starling Barcellos e Neusa Regina Larsen de Alvarenga Leite.

Magistrados do TJ-RJ participam de seminário em Brasília

Evento promoveu debate sobre o funcionamento dos juizados fluminenses

O desembargador Antonio Saldanha Palheiro, ex-presidente da Comissão dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais do TJ-RJ, participou, em 6 de março, do seminário Juizados Especiais – Diagnósticos e Perspectivas, realizado pelo CNJ. O magistrado apresentou um amplo e fundamentado relatório sobre o funcionamento dos juizados no Rio de Janeiro. O evento foi coordenado pelo conselheiro José Guilherme Vasi Werner.

Os presidentes da Amaerj, Cláudio dell’Orto, e do TJ-RJ, Leila Mariano, prestigiaram o Seminário. Também estavam presentes na comitiva os magistrados Ricardo Couto, Joaquim Domingos de Almeida Neto e Alexandre Chini. (Com informações do CNJ)

CONVÊNIOS

A Amaerj fechou convênio com duas novas empresas: a Blocker Blindagens e a Oficina de Desenho e Arte. A Blocker desenvolve projetos de blindagem automotiva, conta com um atendimento diferenciado e serviços personalizados. Licenciada à marca Oficina de Desenho Daniel Azulay, a Oficina de Desenho e Arte disponibiliza cursos para crianças, jovens e adultos. Para obter mais informações sobre as parcerias, fale com um representante disponível através dos seguintes contatos:



Desconto de 10% de desconto para serviços de manutenção de veículos blindados e 5% na aquisição de kits de blindagem arquitetônica e de automóveis. Estrada dos Bandeirantes, 1405, na Taquara. 2426-0620 / 2443-8495 (Joilson).



Desconto de 15% na mensalidade e 50% na taxa de inscrição em todos os cursos. Confira a lista dos cursos no site <http://migre.me/dDPjd>. Avenida das Américas, 1917, sala 229 Bl B, Riviera Center, na Barra da Tijuca. 3476-2106 / 9166-9687.

Fluxo Financeiro da AMAERJ - Demonstrativo de Acompanhamento Mensal - Ano 2013

Demonstrativo da AMAERJ

	Janeiro	Fevereiro	Março
Saldo Abertura (C/C + Aplicações)	841.812,34	921.094,81	906.023,94

Receitas da AMAERJ

Mensalidades de Associados / Dependentes	270.802,70	271.210,80	270.610,80
Taxa Administrativa Golden Cross	13.554,49	15.401,06	15.292,92
Taxa Administrativa de Seguros / Empréstimos	9.389,26	-	20.332,17
Subvenções Diversas	232.170,50	71.200,00	159.000,00
Reserva Colônia / Campeste	18.718,58	11.195,66	13.795,04
Receitas Financeiras / Rendimentos	124,35	116,72	134,81
Recebimento do Seguro de Vida	84.400,22	84.400,22	83.379,76
Recebimento de Empréstimos dos Associados	79.599,20	79.599,20	79.765,21
Receb. Do Plano 3G VIVO	9.397,44	9.220,55	8.929,13
Venda de Patrimônio	-	-	-
Conta de terceiros	19.415,69	7.972,41	6.432,59
Total de Receitas	737.572,43	550.316,62	657.672,43

Despesas da AMAERJ

Salários	46.898,08	56.699,02	53.719,42
Benefícios (Ass médica, alimentação, Transp)	18.957,52	19.319,94	20.091,82
Encargos (inss, fgts, pis)	26.503,56	26.891,21	27.099,09
Tarifas (água, luz, telefone, condomínio)	44.574,14	33.319,73	12.076,96
Consultorias/Serviços Prestados - PF / PJ	74.091,75	97.779,05	74.003,56
Eventos / Encontros / Confraternizações	55.464,93	13.292,06	32.341,52
Boletins, Jornais, Revista e Correios	5.133,69	3.878,81	454,93
Material de Escritório / Uso e Consumo	6.066,64	2.291,47	2.199,94
Manutenção e Conservação Bens	1.780,00	-	-
Despesas Bancárias	640,21	604,80	525,55
Despesas com Regionais e Subseções	7.025,70	9.936,56	1.400,00
Despesas Extraordinárias	119.974,50	113.272,47	123.617,80
Investimentos / Imobilizações	1.324,82	1.350,00	269,10
Impostos Diversos	1.609,29	5.794,11	3.335,52
Plano 3G VIVO	13.731,18	20.860,28	4.079,04
Repasso Seguro de Vida Magistrados	87.329,44	69.528,99	103.036,06
Repasso dos Empréstimos dos Associados	84.242,99	79.660,54	79.660,54
Repasso para conta de terceiros	62.941,52	10.908,45	7.393,24
Total de Despesas	658.289,96	565.387,49	545.304,09

Saldo Final (C/C + Aplicações)	921.094,81	906.023,94	1.018.392,28
Valores em Depósito para Repasse a terceiros	377.414,36	365.794,19	363.108,50
Saldo em Conta Corrente da AMAERJ	543.680,45	540.229,75	655.283,78

Demonstrativo do FAIM

Saldo Abertura (Aplicações)	596.492,00	599.185,23	612.478,34
Mensalidades "FAIM"	-	10.908,45	6.426,59
Despesas / Consultoria	-	-	-
Receitas Financeiras / Rendimentos	2.693,23	2.384,66	3.334,17
Saldo Final (Aplicações)	599.185,23	612.478,34	622.239,10

Demonstrativo do Fundo de Desportos

Saldo Abertura (C/C)	3.747,13	3.910,81	4.074,49
Mensalidades Desportos	217,68	217,68	217,68
Despesa Bancária	54,00	54,00	65,40
Saldo Final (C/C)	3.910,81	4.074,49	4.226,77

Demonstrativo da AMAERJ - Doações

Saldo Abertura (C/C)	28.147,00	28.147,00	28.147,00
Doações Recebidas	-	-	-
Despesa Bancária	-	-	-
Saldo Final (C/C)	28.147,00	28.147,00	28.147,00

Apoio